

Superior Tribunal de Justiça

RCD no PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA nº 1991 - SP (2019/0092740-0)

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO BELLIZZE

REQUERENTE : F E L
ADVOGADO : CARLOS ELY ELUF E OUTRO(S) - SP023437
REQUERIDO : A A A DE C F
ADVOGADOS : PRISCILA MARIA PEREIRA CORREA DA FONSECA - SP032440
: MATEUS DE OLIVEIRA ROSSETTI - SP272340
: THAIS LOZADA MOREIRA - SP368024

EMENTA

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NA TUTELA PROVISÓRIA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA MODIFICAR A DECISÃO QUE CONCEDEU EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO INDEFERIDO.

DECISÃO

Colhe-se dos autos que F. E. L., M. A. de C. e M. A. de C. ajuizaram ação de execução de alimentos provisórios em desfavor de A. A. A. de C. F.

No bojo da referida ação, o executado afirmou que já havia quitado integralmente a obrigação, tendo em vista o julgamento do Agravo de Instrumento nº 2041169-74.2016.8.26.0000, em que ficou decidido que os alimentos provisórios devidos pelo executado à alimentada F. E. L. seria de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), contudo, por apenas 12 (doze) meses, e não 24 (vinte e quatro) meses, como anteriormente determinado na sentença.

O Juízo de primeiro grau não acolheu os argumentos do executado, esclarecendo, para tanto, o seguinte, na parte que interessa (e-STJ, fl. 38):

(A) DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS À EX-ESPOSA, SRA. F. E. L.

Os alimentos à ex-esposa, de vinte mil reais, por doze meses, partem da publicação do acórdão, em 27 de fevereiro de 2017.

Assim, a primeira parcela, de vinte mil reais, venceu em março de 2017 e, pelo que se denota dos autos, não foi paga pelo executado. Aliás, nenhuma das doze foi adimplida.

Esclareço que a última venceu doze meses após a primeira, ou seja, em fevereiro de 2018.

Por oportuno, para evitar mais algazarra, esclareço ao executado que os valores pagos em relação aos alimentos provisórios à sua ex-esposa anteriores ao mencionado acórdão (AI 2041169-74.2016.8.26.0000), copiado a folhas 2877/2880 dos autos

Superior Tribunal de Justiça

principais, não se prestam para cômputo do adimplemento daquela obrigação, gerada a partir da publicação daquele *decisum*, em observância ao princípio de irrepetibilidade e em respeito ao decidido em superior instância.

Contra essa decisão, o executado interpôs agravo de instrumento (Processo n. 2139409-30.2018.8.26.0000).

Antes do julgamento do referido recurso, o Juízo *a quo* reconsiderou a decisão agravada para reconhecer a quitação do débito alimentar, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 54-55):

A pensão da ex-mulher, diversamente do postulado, está quitada, como colocado pelo executado.

Os alimentos foram fixados inicialmente em R\$ 20.000,00 por 24 meses, mas o E. Tribunal no julgamento do agravo de instrumento interposto pelo executado minorou o prazo da obrigação alimentar com a ex-mulher para doze meses.

O agravo foi provido e estabeleceu 12 meses de pensionamento "da decisão" que, por lógica, somente pode se referir à decisão de primeiro grau, caso contrário teria dito "dessa decisão" e não haveria o provimento do agravo, além do agravamento da situação para o executado.

Pelos recibos juntados verifica-se que o executado pagou os doze meses de pensão, motivo pelo qual deve ser reconhecida a quitação da dívida em relação à ex-mulher.

Em relação às filhas também assiste razão ao executado, pois o valor do mês de agosto deve ser calculado *pro rata die*, pois o acórdão fixou o valor de R\$ 30.000,00 à partir do dia 24 de agosto de 2016, não havendo retroação (folhas 601).

Assim, deve ser considerado o valor de R\$ 14.000,00 até o dia 23 de agosto e à partir do dia 24 de agosto deve incidir o novo valor de R\$ 30.000,00.

O cálculo, assim, deve considerar o valor por dia para término do mês.

Assim, providencie o executado em 72 horas o pagamento da diferença faltante sob pena de prisão, levando em consideração o acima colocado.

Essa decisão foi impugnada pelas exequentes por meio de agravo de

Superior Tribunal de Justiça

instrumento (Processo n. 2190697-17.2018.8.26.0000) (e-STJ, fls. 60-77).

Diante desse novo cenário, o executado requereu ao Tribunal de Justiça de São Paulo a extinção de seu agravo de instrumento, tendo em vista a perda superveniente de objeto (e-STJ, fls. 57-58).

Não obstante o referido pedido, a Corte Paulista negou provimento ao agravo de instrumento do executado em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 79-83):

AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Irresignação contra decisão que na fase de cumprimento provisório de sentença, que reconheceu como termo a quo, dos alimentos à ex-esposa 12 meses, a partir da prolação do acórdão que os fixou.

Descabimento. Termo a quo das doze parcelas de pensão à ex-mulher, a data em que a decisão (acórdão) foi proferido, sem efeito retroativo como pretendido pelo alimentante.

Da fundamentação para a manutenção dos alimentos se extrai o caráter futuro da verba, até como forma de permitir que a ex-mulher pudesse dentro desse lapso reorganizar suas finanças. A fim de que não remanesçam quaisquer dúvidas, o termo a 'contar da publicação da decisão' deve ser entendido como a data da prolação do acórdão, qual seja, 16/11/2016, proferida no agravo de instrumento, e como termo ad quem 16/11/2017.

Recurso improvido.

O executado opôs embargos de declaração ao referido acórdão, sustentando que houve omissão em relação ao pedido de prejudicialidade do recurso.

O TJ/SP acolheu os aclaratórios, sem efeitos modificativos, com base nos seguintes fundamentos:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Embargante sustenta omissão da decisão que deixou de observar a expressa desistência do recurso.

Cabimento. Conquanto realmente tenha havido pedido de extinção do agravo de instrumento, o julgamento do recurso, porquanto desprovido, não tem o condão de prejudicar de prejudicar as partes.

Embargos acolhidos sem efeitos modificativos.

Posteriormente, o agravo de instrumento das exequentes foi parcialmente provido.

O *decisum* foi assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Irresignação em face da decisão que em sede de cumprimento de sentença reconheceu a quitação do débito alimentar do varão à ex-

Superior Tribunal de Justiça

esposa.

Cabimento parcial. O julgamento do agravo de instrumento de nº 2139409-30.2018.826.0000 delimitou o caráter futuro e o termo *a quo* dos alimentos estabelecidos em favor da ex-esposa.

Obrigação de prestar alimentos à ex-esposa até 15.11.17.

Recurso parcialmente provido.

A. A. A. de C. F., então, interpôs recurso especial, alegando que houve violação dos arts. 492 e 494 do Código de Processo Civil de 2015, pois o Tribunal de origem "proferiu decisão de natureza diversa daquela pretendida pelo recurso, uma vez que, ao entender que o prazo de 12 meses da obrigação alimentar da virago deveria ser contado a partir da prolação da decisão que estabeleceu o aludido período, adotou solução dissonante daquela sustentada pelas Recorridas em suas razões recursais", além do que "alterou a forma de contagem do prazo de vigência dos alimentos da Recorrente F. há muito estabelecida por ocasião do julgamento do recurso de agravo de instrumento que reduziu o período do pensionamento da ex-esposa de 24 para 12 meses (AI nº 2041169- 74.2016.8.26.0000)" (e-STJ, fls. 102-103).

Reforçou, ainda, que, "avalizar a equivocada conclusão extraída pelo v. acórdão recorrido, no sentido de que 'a obrigação de prestar alimentos à ex-esposa compreende-se até 15.11.17', equivaleria a entender que o provimento do agravo interposto pelo Sr. A. A. para REDUZIR o tempo do pensionamento de 24 para 12 meses não teria, na prática, surtido qualquer efeito" (e-STJ, fl. 103).

Pleiteou, assim, o provimento do recurso especial, com efeito suspensivo, para restabelecer a decisão que reconheceria a quitação do débito alimentar.

O pedido de atribuição de efeito suspensivo foi indeferido pelo Tribunal Paulista às fls. 107-111 (e-STJ).

No pedido de tutela provisória, A. A. A. de C. F. buscou "suspender, liminarmente e *inaudita altera pars*, a eficácia do v. acórdão combatido, até, ao menos, que seja julgado o recurso especial já interposto", a fim de "evitar prejuízos irreparáveis ao suplicante decorrentes, principalmente, da irrepetibilidade da verba alimentar, da vedação ao enriquecimento ilícito e do risco iminente a que está submetido o Sr. A. de ser encarcerado por um débito já quitado" (e-STJ, fl. 15).

Superior Tribunal de Justiça

Às fls. 199-203 (e-STJ), deferi o pedido de tutela provisória para atribuir efeito suspensivo ao recurso especial interposto no bojo do Processo n. 2190697-17.2018.8.26.0000, ficando suspensa a ação de execução de alimentos na origem, até o julgamento do recurso por esta Corte Superior.

Às fls. 206-224 (e-STJ), F. E. L. manejou pedido de reconsideração da referida decisão, argumentando, em síntese, que A. A. A. de C. F. depositou judicialmente o valor do débito alimentar objeto desta demanda, tendo o Juízo de primeiro grau condicionado o seu levantamento ao oferecimento de caução idônea.

Logo, não haveria qualquer risco de prisão civil do ora requerido por conta da dívida em questão, tampouco o *periculum in mora* alegado na tutela provisória.

Às fls. 229-256 (e-STJ), A. A. A. de C. F. apresentou resposta ao referido pedido de reconsideração.

Brevemente relatado, decido.

A decisão que deferiu o pedido de tutela provisória está assim fundamenta:

Na hipótese, em análise perfunctória dos elementos constantes dos autos, entendo que o requerente conseguiu demonstrar o cumprimento dos referidos requisitos.

Com efeito, verifica-se que os alimentos foram fixados pelo Juízo sentenciante em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

Posteriormente, em agravo de instrumento interposto pelo executado, o Tribunal de origem, a despeito de ter mantido o valor inicialmente fixado, determinou a redução do prazo da obrigação alimentar para 12 (doze) meses, contado a partir "da decisão".

No *decisum* ora impugnado, o Tribunal de origem entendeu que o termo *a quo* dos referidos alimentos seria a data da prolação do acórdão que reduziu o período de pensionamento, e não da decisão de primeiro grau que os fixou.

Ocorre que, ao que parece, a adoção desse entendimento acarretaria na inutilidade do resultado do aludido agravo de instrumento, pois, muito embora tenha sido provido para reduzir de forma significativa o período de pensionamento da obrigação alimentar - de 24 (vinte e quatro) para 12 (doze) meses, não surtiria, na prática, qualquer efeito em relação ao devedor, interpretação que, em princípio, não se mostra razoável.

O perigo na demora do provimento jurisdicional, por sua vez, é

Superior Tribunal de Justiça

evidente, considerando não só o caráter de irrepetibilidade dos alimentos, mas, também, a possibilidade de prisão civil do executado por dívida eventualmente já quitada.

Como visto, foram demonstrados, ao menos em juízo perfunctório, os requisitos do *fumus boni iuris*, consubstanciado na plausibilidade de êxito do recurso especial, bem como o *periculum in mora*, considerando "não só o caráter de irrepetibilidade dos alimentos, mas, também, a possibilidade de prisão civil do executado por dívida eventualmente já quitada".

Os argumentos suscitados no presente pedido de reconsideração não são suficientes para modificar a referida decisão.

A uma, porque as considerações trazidas pela ora requerente em nada alteram a questão acerca da presença da plausibilidade do direito invocado (*fumus boni iuris*), que permanece hígido.

E, a duas, porque, em relação ao perigo na demora da prestação jurisdicional (*periculum in mora*), embora o risco de prisão não seja mais tão evidente, em razão do depósito dos valores em juízo, há, ainda, a questão acerca da irrepetibilidade dos alimentos, considerando a possibilidade de reforma da decisão do Juízo *a quo* que condicionou o levantamento dos valores à prestação de caução idônea, tendo em vista a interposição de agravo de instrumento pelas exequentes na origem.

Ante o exposto, indefiro o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de agosto de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator